

Planalto deixa médio empresário fora de anistia

BRASÍLIA — O presidente José Sarney disse a seus líderes, em reunião no Palácio da Alvorada, que eles podem negociar o cancelamento da correção monetária para microempresários urbanos e pequenos agricultores que se endividaram durante o Plano Cruzado, e orientou-os a não ceder em nada no que se refere aos médios empresários. "Não nos cabe interferir na Constituinte, mas a anistia aos médios não vamos negociar. Se for preciso, partiremos para o confronto em plenário", avisou Sarney.

Da reunião participaram os líderes do governo no Senado e na Câmara, Saldanha Derzi (PMDB-MS) e Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e do PFL no Senado e na Câmara, Marcondes Gadelha (PB) e José Lourenço (BA). Sarney comunicou-os que o Planalto pretende proteger as microempresas que estão em estado falimentar. "Para isso, dispomos de mais de Cz\$ 100 bilhões", disse o presidente (segundo parlamentares, o governo negocia até 120 milhões de OTNs, ou cerca de Cz\$ 160 bilhões).

"Avaliamos a situação na Constituinte e concluímos que temos de negociar. É muito forte a força dos que pretendem dar a anistia. Mas só contemplaremos os micros", disse Saldanha Derzi. De acordo com ele, o governo tem como última alternativa retirar do plenário todos os seus aliados. "Com o quórum baixo, a esquerda poderia derrotar a emenda que beneficia os médios empresários", continuou Derzi.

Dois itens — Os líderes dos partidos e do governo se reuniram por toda a tarde e parte da noite, na tentativa de chegar a um acordo sobre a anistia aos microempresários. O deputado José Lins (CE), negociando em nome do PFL, ofereceu uma fórmula que pode obter o consenso. Trata-se de uma emenda que divide a anistia em dois itens. No primeiro, atinge microempresários e pequenos agricultores; no segundo, os médios empresários.

Os líderes propoíam ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a votação em separado dos dois itens. Assim, governo e esquerda descarregariam votos no primeiro e rejeitariam o segundo. Os autores da proposta de anistia — Mansueto de Lacerda (PMDB-PE), Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG), lavariam as mãos, qualquer que fosse o resultado.

O PT e o PCB, entretanto, se opuseram a essa proposta e apresentaram outra, bem mais restritiva. Seriam anistiados apenas os micro urbanos e rurais que tiveram faturamento máximo de 5 mil OTNs (cerca de 6,7 milhões) anuais.